

A desigualdade econômica, social e psíquica das mulheres: uma questão democrática¹

*Claudine Haroche*²

Resumo: Aqui nos inscrevemos em uma abordagem sociológica e histórica para discernir a parte do antropológico e do político na desigualdade entre homens e mulheres. Certas observações visionárias de Tocqueville sobre as relações entre homem e mulher, a comparação que ele faz entre a América e a França, contribuem para elucidar em profundidade as relações entre homens e mulheres. Em seguida, analisamos fatos contemporâneos e reexaminamos, enfim, como conclusão, as causas longínquas e as formas – insidiosas, em particular – desta desvalorização persistente das mulheres.

Palavras-chave: Desigualdade entre homens e mulheres, Democracia, Dependência econômica, Privilégio masculino, Dominação insidiosa.

WOMEN'S ECONOMIC, SOCIAL AND PSYCHOLOGICAL INEQUALITY: A DEMOCRATIC ISSUE

Abstract: Here we follow a sociological and historical approach to discern the anthropological and political part of the inequality between men and women. Certain visionary observations by Tocqueville on the relations between man and woman, the comparison he draws between America and France, contribute to elucidate in depth the relations between men and women. Then, we analyze contemporary facts and finally reexamine, as a conclusion, the distant causes and the forms – insidious in particular – of this persistent devaluation of women.

Keywords: inequality between men and women, democracy, economic dependence, male privilege, insidious domination.

¹ Tradução de Maria das Graças de Souza, revisão técnica de Christiane Damien.

² CNRS e École des Hautes Études en Sciences Sociales.

No passado, foi necessário esperar o trabalho das feministas – quer se fale da existência de um sexo frágil, quer se fale de um sexo forte – para que se tomasse consciência da dependência econômica, social, política e privada das mulheres, para que se explicasse seu conteúdo, para que não se deixasse de exigir direitos, para que fossem tomadas certas medidas, adotadas certas leis pelos Estados democráticos³. Foram, contudo, mantidos, sob formas silenciosas, insidiosas, mas também abertas, conhecidas de todos e consideradas como naturais, elementos insidiosos ou tolerados de uma dominação masculina em ação no sistema patriarcal. No Egito, por exemplo, qualquer que seja o meio, pobre, modesto ou rico, um homem pode, impunemente, sem nenhum risco, bater em uma mulher, brutalizar uma mulher no espaço doméstico e, com um perfeito sentimento de impunidade, louvar seus charmes, tocá-la, esfregar-se nela em um espaço público – nos transportes, em particular – sem que ninguém se alarme ou intervenha, tanto a situação é banal, cotidiana: os filmes *As mulheres do Cairo* e *O ônibus 678* mostram perfeitamente isso. Em outros países, esse tipo de comportamento será menos tolerado, até mesmo denunciado no espaço público, o que testemunha, por exemplo, a criação de estacionamentos reservados exclusivamente para as mulheres na Alemanha e de brigadas de intervenções nos transportes públicos na França, a fim de localizar e aplicar sanções aos que se esfregam nas mulheres, as ferem ou as beliscam. Tudo isso não seria ainda eficaz para impedir, nos países em que se dispõe de números, que uma mulher morra a cada três dias sob os golpes de seu companheiro, quer se trate, entre outros, da Espanha ou da França.

Combatidos, acusados, esses elementos de depreciação, de desvalorização e de violências infligidas às mulheres parecem, paradoxalmente, ter se intensificado diante das ameaças e dos ataques dos quais é objeto atualmente o sistema patriarcal⁴. Com efeito, uma virilidade virulenta se mostrou reafirmada em particular com a chegada ao poder de chefes de Estado que proclamam com orgulho um interesse notável e repetido a respeito dos atributos físicos das mulheres jovens e

³ Dentre outros, *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, de 1949.

⁴ HAROCHE, C. «La fabrique de la virilité dans la famille patriarcale». *Journal de psychologues*, n. 308, 2013.

até muito jovens. E, em particular, de um Duterte, que ficava desolado ao saber dos estupros dos quais se informava por não ter sido o primeiro a violar; ou ainda de um Trump, que afirma saber o que fazer com as mulheres, pegando nos seus órgãos genitais. Tudo parece estar dito: desprezo e reificação de um "sexo frágil", uso e troca de mulheres a título de objetos sexuais dos homens. E, contudo, a noite de 4 de agosto de 1789, noite da "abolição dos privilégios" em matéria de nascimento, de posição, havia querido instaurar a igualdade entre todos os cidadãos.

Aqui nos inscrevemos em uma abordagem sociológica e histórica para discernir a parte do antropológico e do político na desigualdade entre homens e mulheres. Certas observações visionárias de Tocqueville sobre as relações entre homem e mulher, a comparação que ele faz entre a América e a França, contribuem para elucidar em profundidade as relações entre homens e mulheres. Em seguida, analisamos fatos contemporâneos e reexaminamos, enfim, como conclusão, as causas longínquas e as formas – insidiosas em particular – desta desvalorização persistente das mulheres.

Uma abolição "parcial" dos privilégios: a persistência do privilégio masculino

A igualdade de condições supõe a consideração, exige o direito ao respeito, à dignidade de todo indivíduo, qualquer que ele seja, homem ou mulher, a recusa em ser desprezado, em razão, dentre outras, de sua sexualidade, a recusa em ser desqualificado, confinado em uma identidade. As reivindicações de liberdade de escolha em matéria de identidade e orientação sexual, e mais tarde de gênero, apareceram nos anos 1990; novas legislações permitiriam, entre outras coisas, formas de união entre pessoas do mesmo sexo: essas uniões, que existiam há muito tempo ao abrigo dos olhares, levam a reconhecer doravante – ou pelo menos tentam – o casamento para todos, tanto homossexuais quanto heterossexuais.

Na ocasião do reconhecimento desses direitos, coloquemos novamente a questão da desigualdade entre homens e mulheres nas esferas pública, social, assim como na esfera privada. Existem ou existiriam ainda privilégios insidiosos, sem que percebamos, que se relacionam ao

sexo? E eles não teriam sido abolidos já que são considerados naturais? *Sistêmicos*? Esses privilégios se devem à persistência do sistema patriarcal e trata-se aqui de *um impensado da democracia* a tal ponto que a evidência de um sexo forte dominante persiste na história.

Em que consiste essa desigualdade? Por quais razões ela persiste de modo contínuo quaisquer que sejam as épocas, as sociedades, as culturas, as tradições, os costumes, as representações mentais em matéria de masculino e feminino? As maneiras de se conduzir, de conceber o mundo, os outros, a si mesmo que o sistema patriarcal impõe ou induz tenderiam a declinar em um grande número de sociedades e, em particular, nas sociedades democráticas contemporâneas. Entretanto, elementos desse sistema se mantêm, sob formas implícitas, insidiosas, mas frequentemente também explícitas.

Na longa duração, perdura a ideia mesmo de um "privilégio masculino" ligado, como assinalam Bourdieu e Françoise Héritier, a um sistema encorajador, que impõe "o desenvolvimento e o funcionamento de um eu masculino viril, forte" vinculado a um amor pela mãe vivido de um modo fusional: o amor sentimental exclusivo pela mãe poderia, então, esclarecer o afastamento ulterior de toda mulher suscetível de igualar esse amor inicial.

Assim, isso havia levado Bourdieu a assinalar que a feminilidade se realizaria essencialmente em uma função, a materna, e, para além disso, uma função mais geral, "*a de instituir relações entre os homens*". Os homens seriam atores da troca, enquanto as mulheres seriam reduzidas à condição de objetos e de signos da troca, inscrevendo-se, como diz igualmente Bourdieu, "em um sistema de aliança que une os homens"⁵. Françoise Héritier havia formulado a existência de um "modelo arcaico dominante", entendendo isso como a existência de estratégias de desconsideração e de desvalorização das mulheres, tidas como um objeto que tem um valor de troca nas relações entre os homens⁶.

⁵ BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris, Editions du Seuil, 1998.

⁶ HÉRITIER, F. *Hommes, femmes, la construction de la différence*. Paris: Le Pommier/ Cité des sciences e de l'industrie, 2005.

A virilidade e a força do masculino se opõem à fraqueza do feminino: o sexo dito frágil teria necessidade de proteção – quer se trate da família, do clã, da tribo, no que concerne ao poder, ao dinheiro às vezes, frequentemente em troca de sexo, diante dos perigos e ameaças exteriores. Desse ponto de vista, a reportagem mostrada pela televisão francesa sobre as mulheres que queriam encontrar-se em um café próximo de Paris – em 1993, para ser precisa – ilustra-o perfeitamente: apenas homens rebarbativos, até mesmo ameaçadores, se instalam lá, recusam-se a servi-las, lembrando-as de que o lugar delas não é no café: “aqui não é a França, é o interior”. Tudo está dito.

Por “privilégio masculino” deve-se entender concretamente uma liberdade de ir e vir a todo lugar e a qualquer hora, enquanto as mulheres se veriam constantemente relegadas ao espaço doméstico, limitadas nessa liberdade de movimento pelo medo, *o medo de agressões que poderiam ir do assédio psicológico ao estupro*. Julgadas pela conduta, pela maneira de se expressar, de tomar a palavra, por seu modo de vida de maneira geral, as mulheres se veem para além e mais fundamentalmente desvalorizadas, maculadas, desqualificadas, o que autoriza muitos homens a usar expressões obscenas, insultantes e gestos inadequados. A razão disso seria que os homens responderiam à frustração ou ao desejo pela pulsão, enquanto as mulheres sabem mostrar-se dignas diante das pulsões de seus companheiros, manifestam discrição e reserva, senão serão chamadas de histéricas.

Como é que podemos ainda estar nessa situação, após a Declaração dos Direitos do Homem (e não, como se diz constantemente, do ser humano, do indivíduo, homem e mulher) e do Cidadão? E, sobretudo, como podemos sair dela?

Exigir da mulher uma abnegação de si mesma

Voltemos, em primeiro lugar, à persistência da desigualdade entre homem e mulher a despeito do advento da democracia moderna. O estatuto da mulher é marcado pela *dependência* nas representações, nos conceitos que lhes dizem respeito. Essa dependência responderia a uma necessidade de proteção. *Ora, em uma democracia, a proteção não poderia depender de um sexo e só se aplicar a outro.*

Tudo teria começado na América, ciosa de assegurar a igualdade entre todos os cidadãos – em particular, entre homens e mulheres –, em uma sociedade, um país que tende a legislar sobre todas as relações, das mais sociais às mais íntimas. O que vamos ver daqui a pouco concerne à igualdade das mulheres, mas também à dos homens.

Desde a "Advertência" de *A democracia na América*, Tocqueville afirma que ele só quer tratar da *igualdade*⁷. Ele se entrega, então, a uma apologia das relações que, na democracia, tendem a reconhecer a igualdade entre "o filho e o pai, o servidor e o mestre, e, em geral, o inferior e o superior". Constatado um movimento irresistível na direção da igualdade de condições, Tocqueville assinala, entretanto, que os costumes evoluem lentamente, observando que seria necessário "fazer (a mulher) igual ao homem"⁸. Nisto, Tocqueville parece manifestar um pensamento muito moderno. Contudo, ele se mostra, nesse instante, "[...] *surpreso e quase assustado* ao ver a audácia com a qual essas jovens da América sabiam conduzir seus pensamentos e suas palavras...", e considerando logo "os perigos" que a democracia as faz correr⁹, ele vai conceber "uma espécie de igualdade democrática", a qual define como uma igualdade com empregos diferentes, bem separados. E Tocqueville compara a situação das mulheres na América com a da França, onde "nos acontece sempre de lhes dar uma educação tímida, retirada e quase claustral, como no tempo da aristocracia", para abandoná-las em seguida, repentinamente, "sem guias e sem recursos, no meio das desordens inseparáveis de uma sociedade democrática"¹⁰. O que se pode concluir daí? As mulheres que se beneficiavam de formas de proteção – certamente paternalistas – na família patriarcal se encontram *isoladas e desprovidas de proteção* nas instituições democráticas.

⁷ TOCQUEVILLE, A de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier Flammarion, 1981. Ver também MILL, J. S. *L'asservissement des femmes* (1869). Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2005.

⁸ TOCQUEVILLE, A de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier Flammarion, 1981. p. 263.

⁹ *Ibidem*, p. 248-249.

¹⁰ TOCQUEVILLE, A de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier Flammarion, 1981. p. 263 e 248.

Ele observa para que a educação das moças as prepara na América: após a aprendizagem da audácia e da independência, vem a da dependência silenciosa, da aceitação da renúncia, do confinamento em um papel, em má função; a aprendizagem da jovem a prepara para ser uma boa esposa e mãe, mas não para a igualdade, acrescentando que “é por si mesma e livremente que ela se coloca sob o jugo”, se sacrifica, renuncia suas ambições profissionais¹¹.

O que se deve concluir daí? A sociedade da América governa os laços privados. O jurídico penetrou até nas relações mais íntimas. Tudo isso parece contrário à Europa, onde tanto homens quanto mulheres podem ter funções idênticas, submeter-se aos mesmos deveres e ver reconhecidos os “mesmos direitos”. Eles se veem “misturados em todas as coisas, trabalhos, prazeres, negócios”. Tocqueville conclui, então, que, longe de permitir se realizar segundo suas especificidades, a ausência de separação, de divisão do trabalho dos sexos conduz a situações na Europa onde “há pessoas [...] que, confundindo os atributos diversos dos sexos, pretendem fazer do homem e da mulher seres não somente iguais, mas semelhantes”¹².

Persistência de privilégios, compensações financeiras, compensações psicológicas

No que concerne aos problemas em matéria de dominação masculina insidiosa, Tocqueville aparece ainda como premonitório: “aos olhos do legislador, a prostituição, proibida claramente pela lei, é bem menos temível do que a galanteria”, sobre a qual não se poderia legislar¹³. Os americanos quiseram “dar às suas diferentes faculdades um emprego diverso; e julgaram que o progresso não consistia, de modo algum, em fazer mais ou menos as mesmas coisas a seres dissemelhantes, mas em obter de cada um deles que cumpra sua tarefa do melhor modo possível”. Trata-se, aqui, claramente, de uma divisão do trabalho entre sexos. E esta

¹¹ *Ibidem*, p. 252.

¹² *Ibidem*, p. 263.

¹³ TOCQUEVILLE, A de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier Flammarion, 1981. p. 248 e 263.

é a razão de eles terem pensado, naturalmente, em nome dos negócios, do comércio de sua organização, "que toda associação, para ser eficaz, deveria ter um chefe, e que o chefe natural da associação conjugal era o homem". Eles lhe reconhecem "o direito de dirigir sua companheira; e creem que, na pequena sociedade do marido e da mulher, assim como na grande sociedade política, o objeto da democracia é regar e legitimar os poderes necessários, e não destruir todo o poder"¹⁴. O sistema patriarcal vem, assim, apoiar o funcionamento do casal, que Tocqueville considera uma associação com fins de organização social e econômica.

Tocqueville assinala, enfim: "*Nos Estados Unidos, as mulheres não são louvadas; mas todos os dias é mostrado como são estimadas*". Mas as coisas estão, contudo, longe de ser claras: "*elas mostram uma mesma estima pelo papel de cada um deles e as consideram como seres cujo valor é igual*". Porém, quase raramente seu lugar, sua função na hierarquia da sociedade. Do mesmo modo que na Europa, e ainda mais, "observou-se com frequência que [...] um certo desprezo pode ser visto até mesmo no meio das bajulações que os homens concedem às mulheres. Se bem que o europeu se faça frequentemente escravo da mulher, vê-se que ele nunca crê sinceramente que ela é sua igual". Eles as consideram como "seres infantis, mais do que infantilizados". Tocqueville vai então, logo em seguida, afirmar que "as próprias mulheres [...] não estão longe de considerar como um privilégio a faculdade que lhes é concedida de se mostrarem úteis, fracas e temerosas"¹⁵. Subestimadas, mas protegidas por um homem, é nisso talvez que alguns poderiam até pensar que se trata aqui de um "privilégio feminino".

Os americanos manifestam, pois, respeito, mas desconfiariam de todo comportamento de sedução apressada: eles não poderiam, contudo, evitar as queixas por assédio e estupro. O modelo feminino da discricção e da reserva garante à mulher a dignidade – que é requerida e aprovada: ou seja, a consciência de seu lugar, a aceitação da sujeição, sua submissão ao homem, seu silêncio. As mulheres manifestam uma ausência de pulsões;

¹⁴ *Ibidem*, p. 264.

¹⁵ *Ibidem*, p. 266, 265.

elas se definem pela contenção, pelo recalque. A sedução e o assédio são reservados aos homens.

Tocqueville chega, enfim, aos legisladores e os compara aos legisladores americanos, que conseguiram atenuar todas as disposições do código penal, com exceção do estupro, e que punem com a morte: "e não há crime que a opinião pública persiga com ardor mais inexorável [...]. Na França, onde mesmo o crime recebe penas mais leves, com frequência é difícil encontrar um júri que o condene"¹⁶.

Liberal, conservador, Tocqueville era, como se vê, um visionário: certos elementos de suas análises não poderiam, assim, ser negligenciados pelas análises contemporâneas para captar as causas profundas ligadas a elementos de um sistema patriarcal, a uma concepção da família que a toma como protetora profundamente ancorada nas tradições: esses elementos poderiam explicar o confinamento em um papel de dependência e de sujeição que convida para a hipótese de um sistema de compensações financeiras, respeitando o puritanismo e assegurando o comércio como valor supremo.

Os homens, sujeitos sexuais. As mulheres, objetos sexuais

O que teria mudado desde as observações e análises de Tocqueville? Os modos de difusão da informação, a circulação das imagens, os modos de relações que os indivíduos podem instaurar entre si. À distância, no trabalho, pelas redes sociais. Uma informação doravante global e imediata alimentada (às vezes) por experiências vividas e daí em diante partilhadas em um grande número de movimentos. O que é inédito é a participação – em um movimento, em um engajamento – a título de uma vivência individual nas sociedades individualistas, por meio das redes sociais. Ter experimentado uma desvalorização sob uma forma ou outra devido, entre outras coisas, ao fato de ser mulher e partilhar essa experiência – no caso do movimento #MeToo: tal movimento extraordinário, motor de engajamento, poderá assustar um governo, autoritário em particular, e até mesmo qualquer governo.

¹⁶ TOCQUEVILLE, A de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier Flammarion, 1981. p. 266.

O termo "comunidade" tem um sentido incerto e mais impreciso do que no tempo de Tocqueville, então amplamente determinado pelo espaço. Encontramo-nos diante de comunidades de um outro gênero: modos de resistência a dado estado da sociedade, que indivíduos, grupos, populações desejam fazer progredir, obtendo novos direitos ou querendo o restabelecimento de direitos anteriores, liberdades públicas em um regime totalitário. É possível, igualmente, falar de comunidades que podem ser ameaçadoras, na medida em que são suscetíveis de ser portadoras de incitações à violência, à destrutividade mais extrema: essas comunidades constituem, com efeito, agrupamentos de indivíduos (que querem permanecer) anônimos ou associações que partilham valores idênticos.

Elementos implícitos de um sistema patriarcal teriam assim perdurado. As mulheres se queixam de uma desigualdade no tratamento, em todos os sentidos do termo – econômico, social, psicológico e psíquico –, entre homem e mulher, de uma dominação masculina contínua, insidiosa. Tendo seu lugar, sua função no espaço público e social, os homens ficam, ou pelo menos sabem se mostrar assim, muito à vontade em sociedade, sérios ou engraçados. As mulheres, ao contrário, como devem provar tudo, sua inteligência primeiro, sua competência, logo são consideradas pedantes, tediosas e frustradas. Algumas de suas atitudes serão criticadas como pesadas, paranoicas. Deduz-se que elas se sentem pouco à vontade, intimidadas, embaraçadas, que não entendem as brincadeiras¹⁷. *"Bourdieu havia tomado exemplos na esfera do trabalho, na empresa, em particular na França, organizações nas quais um chefe, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, fundada no envolvimento afetivo ou na sedução"*, acrescentado a isso, ainda, *"a sobrecarga de trabalho, e assumindo o controle de tudo o que se passa na instituição, [ele] oferece uma proteção generalizada ao pessoal subalterno e principalmente feminino"*¹⁸. Outra cena profissional: em uma oficina de automóveis terceirizada, Sophie relata as seguintes palavras a respeito

¹⁷ Aqui, é preciso notar – e isso é muito revelador – que, hoje em dia, há muitas mulheres excelentes humoristas na França.

¹⁸ Bourdieu citado em HAROCHE, C. *Histoire de la virilité*. Paris: Seuil, 2011.

do responsável: "ele forma os rapazes sem gritaria. Com eles, existe algo como o cerimonial do artesão com seu discípulo! O chefe, um belo dia, convoca o responsável em questão. Contaram-me que 'você sempre trata Sophie de loura. Por quê?'. Resposta: "Por gentileza, para evitar a brutalidade, para não a tratar de cretina durante a jornada". Logo, retoma o padrão, "é uma espécie de insulto que você profere contra ela". De modo algum: se ele a trata de "loura", "é porque ela tem um lado juvenil, parece delicada, tão frágil". "Ela não é frágil", replica o padrão. "*É você que a fragiliza com essa desvalorização permanente.*" Ela é perfeitamente qualificada, competente. Basta que ele aprenda "como fazer sem gritar". Outra cena profissional, durante um jantar. Um homem jovial, amigável, com uma mulher que tem um posto importante. "Contudo, ela nunca consegue captar seu olhar. A menor observação, o menor sorriso" são dirigidos a seu "cônjuge", nunca a ela¹⁹. Desqualificação sub-reptícia. Ela não existe.

Outras formas de desqualificação insidiosa operam na duplicidade: falsa cortesia, cordialidade insistente, excesso de polidez. Como um "senhora" pronunciado com insistência; alguém se dirige à mulher a excluindo sutilmente, ou pelo menos ignorando sua qualidade profissional, lembrando a ela de seu estatuto de mulher e reduzindo-a a isso. Assim também o uso do "vós" destinado às mulheres nos círculos profissionais ou sociais nos quais todos se tratam por "você" por espírito de corpo. Outro lugar, mesmos costumes. Uma reunião no Ministério das Finanças a propósito de uma empresa em dificuldade: entre os participantes, uma única mulher. Ela observa que "desde sua chegada, há três meses, eles a olham sem vê-la. É como se ela fosse transparente". Ela observa também que um dos responsáveis "é sempre correto com ela [...], tem um ar cerimonioso". O objeto dessa reunião: a luta contra a concorrência asiática; "a redução da margem sobre as máquinas de lavar". É o momento que ele escolhe para dirigir-se a ela pela primeira vez e tomá-la como testemunha: "Pois as donas de casa não se deixam mais enganar. Sabeis bem de que eu falo, Madame"²⁰.

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Ibidem.*

Em um ensaio recente, Laure Murat se interroga sobre o fato de saber se o movimento “#MeToo”, desencadeado pelo caso Weinstein, provocará uma mudança durável e profunda da sociedade²¹. Ela lembra, após Bourdieu e Héri-tier, que “a prática é milenar [...]”. As mulheres sabem, frequentemente, desde a infância, que elas são assimiladas a objetos sexuais. E este saber é universal²². Daí ela conclui que “em qualquer lugar em que estejam, as mulheres estão em perigo”: na família, no ambiente próximo, pelo incesto e pouco protegidas, isoladas, na democracia. Murat assinala que “foi muito tardiamente (que o assédio) foi isolado e identificado juridicamente”. Então, o problema é muito antigo.

As fronteiras entre a sedução e o assédio, além do fato de não serem sempre claras, não são percebidas, toleradas nem sancionadas da mesma forma na América e na França. No que diz respeito à França, Tocqueville falava de galanteria e de sedução, do que se abriga sob o termo “sedução” e o que permite o termo “galanteria”, *rebaixar, bajulando de modo ultrajante*. E é precisamente neste último ponto que queremos nos centrar.

As lutas feministas se erigiram contra o poder do sistema patriarcal. Que resposta podemos dar ao assédio insidioso? Que resposta se dá à dominação masculina, como não a suprimir, mas sim diminuí-la consideravelmente da maneira que se mostra na América ou na França?

Laure Murat vai opor, à semelhança de Tocqueville, porém um século e meio antes, a galanteria francesa ao puritanismo americano, sublinhando que “politicamente, juridicamente, a mulher é menor e permaneceu desvalorizada”²³. Ela é excluída das decisões sérias. Ela exercerá sua força no plano da esfera privada.

Dinheiro ou galanteria?

A galanteria, inscrevendo-se na tradição, repousa sobre certa concepção das relações homem-mulher, do que a mulher pode exercer no registro doméstico do casal e dos favores (uma mulher galante sendo uma

²¹ MURAT, Laure. *Une révolution sexuelle?* Paris: Stock, 2018.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

prostituta). Na medida em que é reservada unicamente às mulheres, ela aparece como um sistema de compensações durável que corresponde ao confinamento no feminino e na fraqueza, e, em nenhum caso, à proteção. Por que o ódio, o desprezo, o aviltamento das mulheres são temas tão populares²⁴? Não seria necessário ver uma primeira razão para esse desprezo contínuo no medo da fraqueza, da impotência?

Por que o sexismo e o machismo? Esse tipo de comportamento instaura, incontestavelmente, laços entre os homens, permitindo que se desenvolva uma cumplicidade cimentada entre homens contra as mulheres.

Igualmente, podemos compreender melhor Tocqueville graças aos escritos de Freud sobre a agressividade e aos trabalhos recentes a que Laurence Kahn tem se dedicado, instaurando um diálogo por momentos luminosos com os escritos freudianos²⁵. Interrogando-se sobre as causas de *O mal-estar da civilização*, Freud sublinhou "a deficiência dos dispositivos que regulam as relações dos homens entre si e a família, o Estado e a sociedade". Deve-se concluir que "o homem não suporta limites, a cultura em sentido amplo inclui o direito". E é precisamente essa a dificuldade com a qual se defronta, de modo contínuo, o movimento #MeToo: os direitos sempre precisam lutar contra as tradições e os costumes que zombam deles em inúmeras culturas. Eles nunca são definitivamente adquiridos: constantemente ameaçados, nunca puderam impedir as regressões. A necessidade de proteção e de reconforto de cada um é assegurada pela palavra "cultura", que supõe limites e designa "a soma total dos dispositivos [...] que servem a dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulação das relações dos homens entre si". Limitado à força física individual por meio de regras, direitos que advêm das instituições jurídicas, o indivíduo, homem ou mulher, foi de início "cheio de fraqueza", um recém-nascido desamparado cuja potência lhe será conferida pela proteção da família e das instituições.

²⁴ MURAT, L. *Une révolution sexuelle?* Paris: Stock, 2018.

²⁵ KAHN, L. *Fictions et vérité freudienne: Entretiens avec M. Einaudeau*. Paris: Les Belles Lettres, 2018.

Trata-se de uma necessidade absoluta; "se tal tentativa não tivesse ocorrido, essas relações seriam submetidas ao arbítrio do indivíduo, ou seja, o mais forte fisicamente tomaria a decisão no sentido de seus interesses e moções pulsionais". Existe uma competição física entre os homens, mas, mais do que isso, uma competição psíquica. "Em nossa opinião, nenhum outro traço caracteriza melhor a cultura do que a estima e os cuidados dados às atividades psíquicas superiores, às *performances* intelectuais, científicas e artísticas, ao papel diretor concedido às ideias na vida dos homens" e seria precisamente disso que as mulheres são desprovidas e é tudo isso que não é reconhecido às mulheres, que lhes é negado. Foi isso que mudou após Tocqueville e Freud: a tomada de consciência da vulnerabilidade de cada um, da necessidade de proteção.

A impossibilidade de legislar sobre a agressividade insidiosa

Freud havia estabelecido que "a vida em comum dos homens só se torna possível quando se encontra reunida uma maioria mais forte que cada indivíduo". Ele estava convencido de que "a potência desta comunidade (opunha-se) agora enquanto 'direito' à potência do indivíduo que é condenada enquanto 'violência bruta'". Assim, ele havia visto "nessa substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade" a certeza do "passo cultural decisivo". Seu raciocínio provém do fato de que "os membros da comunidade se (limitavam) em suas possibilidades de satisfação, enquanto o indivíduo não conhecia limite desse tipo". Se Freud parecia confiante na etapa seguinte, "*a da justiça, ou seja, a da certeza de que a ordem do direito, uma vez dada, não (seria) novamente derrotada em favor do indivíduo*", ele havia, contudo, descoberto no *mal-estar da cultura*, um mal-estar reforçado no direito que faz parte da cultura, pois "*nada (estava) decidido sobre o valor de tal direito*". Observam-se, pressentem-se, veem-se tendências profundas em ação na sociedade, mas que não podemos prever nem controlar, precisamente as irrupções da agressividade insidiosa e a impossibilidade de legislar sobre ela, o que Freud reconhecia.

Laurence Kahn retorna, ao se referir aos trabalhos de Vernant, aos próprios fundamentos da democracia, cuja constituição vai ao encontro do "primeiro círculo da palavra": é aí que ela identifica o caráter trágico da

democracia, que exige, com efeito, uma “formidável limitação pulsional”²⁶. Ela contribui para a compreensão em profundidade, entre outras coisas, do movimento #MeToo, ao se debruçar sobre a tendência à agressão, que aparece como uma exigência de limitação das pulsões. Freud, ela observa, refletiu longamente sobre “os sistemas de limitação pulsional”, vendo neles “a base mesma da cultura”²⁷.

Kahn lembra a destrutividade que opera em cada indivíduo, em todo grupo e entre grupos, o medo de ficar desprovido de proteção e, conseqüentemente, o medo de não mais se pertencer. Ora, a cultura supõe o recalque pulsional e, logo, a aceitação da limitação que previne a violência, mas que não assegura necessariamente a proteção da fraqueza, da vulnerabilidade, da impotência.

Laurence Kahn se esforça ainda por compreender “o que, dentro do próprio indivíduo, qualquer que seja o que se chama de progresso da civilização, dá novamente e regularmente impulso ao ódio absoluto do outro, como inimigo, como diferente, como estranho a si”²⁸. E esse outro é, em particular a mulher, as mulheres de maneira geral, exceto a mãe, no patriarcado. Kahn lembra que “a agressão está constantemente no centro do pensamento de Freud [...] sob a forma de irrupção da pulsão sexual na vida psíquica, e sob a forma da violência do desejo e de suas conseqüências, o que explicaria essa violência para com as mulheres”²⁹.

Ao retomar e comentar Freud, Laurence Kahn talvez permita ir além disso: com efeito, observa justamente que “Freud não busca a origem da barbárie [...] nas transformações históricas das sociedades”³⁰. Ele busca a origem da barbárie “na configuração interna de todo indivíduo”, em uma perspectiva antropológica e clínica, encontrando, no medo da separação original, do abandono, uma explicação para a angústia existencial”³¹.

²⁶ KAHN, Laurence. *Fictions et vérité freudienne*: Entretiens avec M. Einaudeau. Paris: Les Belles Lettres, 2018. p. 165.

²⁷ *Ibidem*, p. 163.

²⁸ *Ibidem*, p. 181.

²⁹ *Ibidem*, p. 179.

³⁰ *Ibidem*, p. 181.

³¹ *Ibidem*.

O ensinamento de Freud incita a formular, a "criar compromissos": estes deveriam "permitir, eu quase tenho vontade de dizer", confessa Laurence Kahn, "viver com essa barbárie". "Todas as sociedades procedem de um sistema, de um dispositivo que se situa na articulação, no cruzamento entre o horror e a renúncia"³². Pode-se dizer que o horror e a barbárie poderiam ser, hoje em dia, devido aos efeitos – reforçados – de uma falta geral de delimitação das pulsões que induzem ao recalque, e para além, à renúncia?

A advertência de Freud é muito clara: "se recalcamos (essa agressividade) pura e simplesmente, os retornos serão mais devastadores"³³.

Em conclusão

Em uma síntese elegante, Kahn assinala a necessidade de três sistemas: "em primeiro lugar, de proteção; em segundo, de limitação; e em terceiro, de derivação"³⁴.

Um sistema de proteção e delimitação se estabelece progressivamente e só se desfaz dessa maneira e parcialmente, nunca completamente. Mas tal sistema pode sempre se endurecer, pois os direitos nunca são adquiridos definitivamente.

A necessidade de proteção – trate-se de homens ou de mulheres – faz parte das necessidades humanas, das necessidades psíquicas. Ela faz parte dos direitos e, contudo, parece não se colocar a não ser para as mulheres. Não haveria um elo obscuro entre proteção masculina e o que alguns, na tradição – liberal ou patriarcal – poderiam considerar como "privilégio feminino"? "A ideia de Freud é sempre que a cultura permite criar as maiores unidades humanas, reunir...". Ela permitiria ultrapassar "essa hostilidade primária que nunca se desmente no devir da humanidade"³⁵? Atualmente, somos confrontados à superação da tribo e da comunidade

³² *Ibidem*, p. 182 e 184.

³³ *Ibidem*, p. 182.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*, p. 185-199.

na direção da sociedade do estado democrático, como pensava Freud? Ou a uma regressão tribal, a um tribalismo generalizado, no qual se enfraquecem as mulheres, levando-as à vulnerabilidade de seu corpo e de sua *psique*? Então, protegemos as mulheres sufocando-as, confinando-as.

É precisamente o que leva Françoise Héritier a assinalar, recentemente, que "resulta, dessas experiências históricas e etnológicas, que *a força sozinha nunca foi suficiente para manter os dominados em situação de dependência* – salvo o recurso à exterminação – se ela não for acompanhada de outras engrenagens da opressão que são de natureza ideológica".

Em toda dominação, existe uma parte – difícil de ser mensurada – de servidão, às vezes voluntária, de submissão, de sujeição, mas sobretudo de medo: livrar-se dela toma tempo, exige uma maturação lenta, não é impossível...

Referências

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

HAROCHE, C. «La fabrique de la virilité dans la famille patriarcale». *Journal de psychologues*, 2013.

HÉRITIER, F. *Hommes, femmes, la construction de la différence*. Paris : Le Pommier/Cité des sciences e de l'industrie, 2005.

KAHN, Laurence. *Fictions et vérité freudienne: Entretiens avec M. Einaudeau*. Paris: Les Belles Lettres, 2018.

MILL, J. S. *L'asservissement des femmes* (1869). Paris : Petite Bibliothèque Payot, 2005.

MURAT, L. *Une révolution sexuelle?* Paris : Stock, 2018.

TOCQUEVILLE, A. de. *De la démocratie en Amérique*. Paris : Garnier-Flammarion, 1981.